

2

Panorama da edição de livros didáticos no Brasil

2.1

O livro didático como mercadoria e instrumento de uso educacional

O livro didático é uma obra escrita e organizada com a finalidade específica de ser utilizada para ensino formal escolar, tendo se consolidado como instrumento não apenas de comunicação, mas também de produção e transmissão de conhecimento.

Segundo a Secretaria de Educação Básica do MEC, os materiais didático-pedagógicos – juntamente com a gestão democrática da escola e a formação do professor – são fatores imprescindíveis para a qualidade social da educação, que visa a formar indivíduos críticos, criativos e preparados para o pleno exercício da cidadania.¹

De acordo com Santos,² “conhecido como manual escolar, manual de texto, material didático ou livro escolar, o livro didático (LD) se caracteriza como um instrumento de uso educacional, para fins didáticos”, permanecendo a principal fonte de informação impressa utilizada no mercado escolar. Ela faz referência a Batista,³ segundo o qual o livro didático tem papel primordial no quadro da cultura brasileira, das práticas de letramento e do campo da produção editorial, compreendendo, dessa forma, diferentes dimensões de nossa cultura. É a partir da constatação dessa realidade que o tema em questão se configura como campo fértil para estudo na convergência das áreas de design e produção editorial no Brasil. Ainda de acordo com a autora, no âmbito da escola, o livro didático desempenha a função de produto cultural porque está atrelado à sua cultura, entretanto, não deixa de exercer também o papel de mercadoria, por ser um produto consumível, em última instância.

Seria possível discorrer sobre diversos aspectos concernentes ao livro didático, entretanto, optei por me ater nesta parte à sua condição de produto da

¹ MINISTÉRIO da Educação. **Secretaria de Educação Básica**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2009.

² SANTOS, Cibele Mendes Curto dos. **O livro didático do ensino fundamental**: as escolhas do professor. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007, p.18.

³ BATISTA *apud* SANTOS, Cibele Mendes Curto dos. *Ibid*.

indústria cultural, em princípio antagônica, por se tratar de uma mercadoria com fins primordialmente educacionais, condição esta que inclusive é abordada sob perspectivas semelhantes por alguns estudiosos do tema. Essa opção de enfoque não é aleatória; deve-se a uma das facetas de meu estudo, que reside no fato de este bem cultural ter, simultaneamente, intuítos educativos e lucrativos, abarcando interesses de educadores, empresas privadas e políticas de governo, o que implica, portanto, o envolvimento de diversos profissionais que atuam em seu processo produtivo e de diversos desígnios que incidem sobre este, conforme é explicitado por Kanashiro com exatidão:

É difícil definir o livro didático, e pensá-lo implica considerar sua função escolar e também a interferência de várias pessoas em sua produção, circulação e consumo. Significa refletir sobre a contradição entre a finalidade educativa, de um lado, e a lucrativa, de outro; colocar em choque os interesses elevados, ligados ao conhecimento e à formação do ser humano, e os políticos e econômicos, ligados à instrumentalização como política educacional e à indústria cultural. Essa reflexão pode ocorrer de forma mais intensa em países como o Brasil, cuja produção desses materiais cabe à iniciativa privada e é orientada por políticas governamentais.⁴

Apple,⁵ ao discursar sobre o trabalho docente e os textos, assevera que a publicação de livros é um negócio que funciona de modo análogo à comercialização de outros produtos. Para o autor, historicamente, os livros assumiram o caráter de artigos mercantis a partir do momento em que a produção editorial se tornou uma atividade industrial. Destarte, os custos e, conseqüentemente, o lucro passaram a ocupar posição de destaque nas decisões de editores e livreiros, fazendo com que a finalidade principal da produção editorial se voltasse para a manutenção e o sustento dos mesmos, ainda que o intento fosse gerar obras de cunho acadêmico e de valor cultural. Epstein endossa a ideia de Apple, ao afirmar que o ramo da edição de livros se afastou de seu real propósito, de sua natureza, assumindo “a postura de um negócio convencional”,⁶ posição a que ele se opõe, por acreditar que o objetivo principal deve ser a atividade em si e não o seu resultado financeiro.

⁴ KANASHIRO, Cintia Shukusawa. **Livro didático de geografia**: PNLD, materialidade e uso na sala de aula. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2008, p. 1.

⁵ APPLE, Michael W. “Cultura e comércio do livro didático”. In: **Trabalho docente e textos**: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

⁶ EPSTEIN, Jason. **O negócio dos livros**: passado, presente e futuro do mercado editorial. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 21.

Logo, seria ingênuo e parcial ignorar este aspecto mercadológico em um estudo desse tipo de obra.

Cassiano, tencionando analisar essa questão, cita outra autora (Bittencourt, 1993, p.3), que acredita que a gênese do interesse pelo livro escolar em diversos domínios da pesquisa é a natureza complexa do objeto, a qual julga contraditória, pois sua fabricação e comercialização seguem os modos próprios dos interesses do mercado; entretanto, ao mesmo tempo, o livro didático é um depositário dos conteúdos educacionais, “sendo suporte privilegiado para se recuperar conhecimentos e técnicas tidos como essenciais por uma sociedade, em época determinada” e é “considerado como veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura”.⁷

Segundo Freitag et al.,⁸ o livro didático é fruto da indústria cultural, consistindo, portanto, em um produto que possui as características típicas dos produtos dessa indústria, a saber: a produção em grandes quantidades, a padronização e a perecibilidade. Estou de acordo com os autores, uma vez que a produção em grande escala do setor pode ser elucidada por meio da porcentagem de vendas em relação ao volume total do mercado editorial. Em 2007 o total de vendas foi de 329 milhões de exemplares de livros, dos quais 60% provieram do segmento dos didáticos, que atingiu um faturamento de aproximadamente R\$ 3 bilhões.⁹ É possível também identificar facilmente a padronização, que diz respeito ao fato de que a maioria dos livros didáticos, ainda que sejam de editoras e/ou autores diferentes, apresentam características bastante similares e diferenças muito pequenas entre si, tanto em termos de conteúdo e metodologia quanto de forma. A perecibilidade está ligada à condição de descartabilidade do livro didático, que, segundo os autores, foi concebido desde a origem como descartável, assim como todos os produtos providos da indústria cultural, uma vez que esta costuma lançar mercadorias culturais efêmeras, já delineadas para que se tornem obsoletas em pouco tempo. Afinal, dessa forma, torna-se necessário substituí-las

⁷ CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. “Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais”. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 281-312, jul./dez. 2005, p. 282.

⁸ FREITAG, Barbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira da. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1993, p. 60-63.

⁹ FUNDAÇÃO Instituto de Pesquisas Econômicas, Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional dos Editores de Livros. **Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro 2006**. FIPE: São Paulo, 2007.

mais rapidamente, obrigando os indivíduos a consumirem mais, concepção que se situa dentro do espírito da sociedade de consumo ou “do desperdício”.

Santos,¹⁰ referindo-se a esse último aspecto, menciona as autoras BUFREM, SCHMIDT e GARCIA (2006, p. 124) no intuito de mostrar a efemeridade dos livros didáticos, pois, segundo elas,

[...] ainda que, embora considerados como obras de referência, trazem consigo a condição de serem efêmeros, de se desatualizarem rapidamente e por esse fato terem uma permanência pequena nas prateleiras. Isso transforma o LD em “um material ao mesmo tempo intenso por sua aplicação em sala de aula, e frágil, pois exige uma renovação constante”, ficando no mercado por no máximo quatro a cinco anos a cada versão editada. Ou seja, embora valorizado como elemento mediador que ensina e traz um conjunto de conhecimentos, propõe métodos e atividades de ensino de determinadas disciplinas, o LD necessita ser entendido na perspectiva da provisoriedade, já que exige ser constantemente revisto e atualizado.

No entanto, não acredito que tal efemeridade do livro didático provenha apenas da necessidade de revisão e atualização, pois que está intrinsecamente ligada à sua qualidade de bem da indústria cultural, cuja necessidade de lucro – no mínimo constante e, se possível, crescente – muitas vezes é o fator determinante para sua reformulação, tendo menos a ver com uma necessidade real de atualização do produto do ponto de vista educacional e/ou científico, como podemos inclusive depreender a partir do depoimento de um autor de livro didático, que consta do trabalho de Munakata.

Mas a reformulação é feita de cinco anos em cinco anos. O material fica no mercado cinco anos. Em geral, o pedido de reformulação vem da editora. O critério básico que eles alegam é que o material didático envelhece com muita facilidade. Principalmente o de Português, em que a gente utiliza textos – textos informativos, textos de jornais, de revistas. Mesmo os textos literários parece que os professores se cansam de trabalhar com o mesmo texto. E há, segundo os editores, há [sic] uma queda de vendas a partir do quarto ano. Então, esse é o critério básico: há uma queda na venda e os professores já se cansam de trabalhar com o mesmo material; então, a gente começa a perceber a necessidade de trocar textos. O que a gente faz? Conversa com a editora, conversa com professores que estão utilizando material..., a gente pede leitura crítica para professores da rede pública, da rede particular e professores do 3º grau, e a partir dessas leituras, dessas pesquisas a gente reformula.¹¹

A visão de Lajolo sobre esse aspecto também se revela digna de consideração: ela sustenta que a possibilidade de produção em série do livro a

¹⁰ BUFREM, SCHMIDT e GARCIA *apud* SANTOS, Cibele Mendes Curto dos, op. cit., p. 19.

¹¹ MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Tese de Doutorado (História e Filosofia da Educação). São Paulo: PUC-SP, 1997, p. 186.

partir de Gutenberg, à qual se seguiu um processo de modernização contínuo no modo produtivo do livro, resultou em uma “massificação da leitura”,

(...) trazendo para o horizonte dela o risco de alienação, de fracionamento e esgarçamento do significado do texto e do ato de ler. A atividade da leitura, que, em suas origens, era individual e reflexiva (...), transformou-se hoje em consumo rápido do texto, em leitura dinâmica que, para ser lucrativa, tem de envelhecer depressa, gerando constantemente a necessidade de novos textos.¹²

Desse modo, vemos tanto os participantes do processo produtivo do livro como os estudiosos do tema chegarem ao mesmo termo: o de que a qualidade de mercadoria do livro didático frequentemente o submete a modificações estruturais por razões meramente comerciais, apesar de carregarem consigo o título de “revisões, atualizações e reestruturações”, com pretextos educacionais.

A leitura de alguns autores que abordam o livro didático não apenas como bem cultural e de valor educacional, mas também como um produto, que está sujeito às leis de mercado, traz pontos de vista bastante interessantes e sobre os quais é possível tecer algumas considerações de valor para a abordagem aqui proposta, ajudando-nos a compreender por que é relevante considerar esse aspecto em nossa análise, conforme exposto nos parágrafos a seguir.

Apple é um dos autores que consideram importante ressaltar o atributo de mercadoria do livro didático, conforme se pode constatar em trecho citado por Santos:

Um primeiro elemento teórico que possibilita aprofundar o entendimento sobre as relações entre professores e o LD é a ideia de Apple (1995, p. 82) de que o livro precisa ser analisado como uma mercadoria. Segundo o autor (APPLE, 1995), o LD vem sendo fortemente orientado por sistemas, ou seja, as pressões econômicas e ideológicas sobre os textos são bem significativas. [...] Assim, ao analisar o LD como mercadoria, um material que é produzido, vendido e consumido, também se pretende desvelar as relações que existem por trás das escolhas feitas pelos professores, tendo em vista que esses sujeitos vivem em uma sociedade capitalista e marcada por fortes intenções comerciais das editoras.¹³

O trabalho de Amâncio também tangencia esse ponto, a respeito do qual, referindo-se a outros autores que se baseiam no pensamento de Bourdieu, afirma:

Bourdieu alerta-nos para o fato de existirem duas lógicas presentes na prática editorial que ordenam o mercado: uma de curto prazo, que visa um lucro mais rápido, mais pragmático; e outra, de longo prazo, preocupada não só com o lucro imediato, mas também com a qualidade do que está sendo produzido. Importante

¹² LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 2005, p.105.

¹³ SANTOS, Cibele Mendes Curto dos, op.cit., p. 21-22.

considerar que essas lógicas não são excludentes e que podem estar presentes na mesma editora, sendo que uma delas caracterizará mais fortemente o perfil editorial (Sorá, 1997). Essa tensão, existente na estrutura da editora, acaba se refletindo nas práticas e concepções dos profissionais desse campo (Dauster, 1999).¹⁴

Munakata¹⁵ cita Cordeiro (1994), segundo o qual o caráter de mercadoria do livro didático é um ponto importante que não foi muito levado em conta na maioria das análises realizadas, o que o impressiona porque o livro didático é um artigo muito consumido, fato que pode ser comprovado por pesquisas que mostram que ele é o segundo gênero mais lido pelos brasileiros, conforme veremos ainda neste capítulo¹⁶. De acordo com Munakata,

esse aspecto, ao que parece, é o que mais repugna aos estudiosos do livro didático: é um terreno sujo, mesquinho, em que prevalecem interesses materiais, capitalistas, em vez de elevados ideais educacionais ou científicos. Por sinal, Sérgio Waissman, um empresário do ramo, não mede palavras para confirmar o caráter mercantil da sua atividade: ‘a indústria editorial não é composta de sociedades filantrópicas: o lucro é a mola mestra para o seu desenvolvimento’ (apud Pretto 1985, p. 40).

Acredito que afirmar que os interesses da indústria editorial se sobreponham aos interesses educacionais seja um pouco radical, precipitado e generalizante. Creio que o livro didático, enquanto artigo da indústria cultural, não pode fugir aos seus fatores condicionantes, como o lucro; no entanto, é possível haver um equilíbrio entre os ideais educacionais e mercadológicos, e é visando tal tarefa que os agentes participantes de sua produção editorial devem se aliar e construir um produto com ambas as características, que não são de todo excludentes. Este estudo pretende, justamente, ao longo de seu trajeto, verificar como isso ocorre e se realmente é plausível admitir a conciliação de interesses e ideais que muitas vezes caminham em direções opostas. Não serão estes caminhos por vezes opostos, mas sinuosos, podendo, dessa forma, haver interseções, pontos de encontro ao longo de suas trajetórias? Creio que assumir *a priori* a preponderância do aspecto mercadológico sobre o educacional, sem o devido cuidado e o necessário questionamento, qualidade essencial do pesquisador, colocaria em xeque não só todos os valiosos estudos – os já realizados e os ainda vindouros – a

¹⁴ AMÂNCIO, Ana Rosa Imbassahy. **A produção do livro infantil**: o papel do editor na formação do leitor. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2000, p.45.

¹⁵ MUNAKATA, Kazumi, op. cit., p. 28-29.

¹⁶ Cabe esclarecer que os dados de pesquisas e as estatísticas aqui elencados sobre a leitura referem-se mais à aquisição de livros do que à efetiva leitura, dado que não é possível garantir que reflitam uma estatística de leitura em termos reais.

respeito desse bem cultural, tão utilizado em nossa sociedade, como a relevância de um material didático de apoio para a educação de ensino fundamental no Brasil. São esses os aspectos e possibilidades que analisaremos e exporemos mais adiante, utilizando como suporte não apenas os motes levantados pelos estudiosos do tema, como também o estudo de caso realizado com os profissionais do setor.

2.2

A leitura e o mercado editorial didático no Brasil

De acordo com a publicação “Retratos da leitura no Brasil”,¹⁷ uma pesquisa quantitativa de opinião realizada pelo Instituto Pró-Livro cuja amostra inclui as 27 unidades da federação (compreendendo 311 municípios), o gênero “livros didáticos” é o segundo mais lido pelos brasileiros (34%), perdendo apenas para a Bíblia (45%). Ou seja, o segmento de livros didáticos se sobressai como um mercado forte não somente dentro da área educacional, mas principalmente mostra sua posição de destaque em relação à indústria editorial como um todo. Ainda conforme a pesquisa – que considerou “leitores” aqueles que declararam ter lido ao menos um livro nos três meses anteriores ao questionamento –, são leitores de livro no Brasil 95,6 milhões (55% da população estudada), sendo que destes, 50% (47,4 milhões) são estudantes que leem livros indicados pelas escolas, inclusive didáticos. Do grupo de leitores não-estudantes, apenas 55% têm Ensino Superior completo; 37% têm o Ensino Médio, 27% concluíram o Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série) e 9%, o Ensino Fundamental I (até a 4ª série).

Podemos extrair da referida pesquisa outro dado relevante para o enfoque desta dissertação: os leitores, isto é, 55% da população, leem, em média, 1,3 livro por ano. No entanto, o número sobe para 4,7 se forem incluídas as obras didáticas e pedagógicas. Em matéria abordando esse estudo, publicada em *O Estado de S. Paulo online/Estadão.com.br*, o diretor do Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura, Fabiano dos Santos, afirma que “O livro é pouco presente no imaginário do brasileiro”.¹⁸ Ainda neste texto obtemos uma comparação –

¹⁷ FUNDAÇÃO Instituto de Pesquisas Econômicas, Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional dos Editores de Livros, op. cit.

¹⁸ AGÊNCIA Brasil. “Brasileiros leem apenas um livro por ano, aponta estudo”. *Estadão.com.br* / Suplemento Estadão.edu, 21 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/>

proveniente de dados da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), que integram o Instituto Pró-Livro – segundo a qual, nos Estados Unidos, a média de leitura da população é de 11 livros por ano, enquanto na França é de sete livros por ano e na Colômbia, de 2,4 livros por ano. Diante disso, fica ainda mais claro como o nosso público leitor é reduzido, tanto em relação a países desenvolvidos quanto a outros países também em desenvolvimento.

Ainda assim, não receio afirmar que, apesar de o livro ser um artigo caro e muitas vezes de difícil acesso, resultando em uma concentração de posse de livros nas mãos de poucos (66% dos livros pertencentes a apenas 20% da população), estou de acordo com o professor de Literatura Dilvanio Albuquerque – entrevistado para a matéria de jornal supracitada –, que considera que o desinteresse do brasileiro pelos livros não pode ser atribuído apenas à família e à escola. "O problema é mais amplo. Não podemos falar que a culpa é da instituição, seja ela familiar ou escolar, porque, na verdade, o problema é cultural".¹⁹ Observando alguns resultados da mesma pesquisa é possível verificar isso mais concretamente: três em cada quatro brasileiros não frequentam bibliotecas, apesar de 67% da população saber que existe uma biblioteca por perto. Deste modo, fica claro que não é possível atribuir o baixo índice de leitura somente ao custo do livro, dado que uma das alternativas para superar este empecilho, que seria a utilização de bibliotecas, é muito pouco explorada.

No documento que contém os resultados da pesquisa à qual me refiro, Maria Antonieta da Cunha, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com Mestrado em Educação e Doutorado em Letras, tece algumas considerações sobre os dados obtidos, baseadas em análises (principalmente a respeito da questão dos não-leitores) da professora Lucilia Garcez, da Universidade Federal de Brasília (UnB), que é doutora em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas e autora de diversos livros. Em uma delas, a autora expõe o seguinte:

A maior parcela de não-leitores está entre os adultos: 30 a 39 (15%), 40 a 49 (15%), 50 a 59 (13%) e 60 a 69 (11%). O número de não-leitores diminui de acordo com a renda familiar e de acordo com a classe social. Quase não há não-leitores na classe A e há apenas 1% de não-leitores quando a renda familiar é de

noticias/suplementos,brasileiros-leem- apenas-um-livro-por-ano-aponta-estudo,469995,0.shtm.

Acesso em: 24 de novembro de 2009.

¹⁹ AGÊNCIA Brasil, op. cit.

mais de 10 salários mínimos. Isso pode levar à conclusão de que o poder aquisitivo é significativo para a constituição de leitores assíduos.²⁰

Reiterando a ideia à qual me referi mais acima, eu não diria que o poder aquisitivo seja o elemento determinante para a construção de um público leitor exclusivamente devido ao fato de o preço de capa ser elevado para boa parte da população brasileira, mas sim que essa relação entre poder aquisitivo e formação de leitores ocorre muito mais em função de a renda familiar estar atrelada aos aspectos cultural e educacional. Portanto, acredito ser essa uma questão muito mais ligada à educação da população de baixa renda e à falta de um incentivo maior à leitura no ensino público e entre as classes menos favorecidas, que são menos estimuladas culturalmente; o que não significa que este seja um problema mais fácil de resolver, uma vez que está arraigado em uma questão de difícil solução a curto e médio prazos. Esses dados, desse modo, só ressaltam a importância das políticas de governo no que concerne à distribuição de obras didáticas e paradidáticas aos alunos e bibliotecas escolares, à formação de professores mais habilitados e à criação de programas que estimulem a leitura e a permanência na escola.

O estudo sugere também que, para a maioria dos brasileiros, a leitura significa “uma fonte de conhecimento para a vida”, mas ler ainda é pouco associado ao tempo dedicado ao lazer, consistindo em uma atividade prazerosa a ser realizada no tempo livre para apenas 35% dos entrevistados (60 milhões). Apesar de 63% dos entrevistados considerados “leitores” revelarem que leem por prazer, gosto ou necessidade espontânea, destes, apenas 38 milhões declaram efetivamente fazê-lo com frequência. Importante dizer, quanto à motivação de leitura, que crianças e adolescentes são os que mais leem por exigência da escola. Da média de 25 livros por residência da amostra total pesquisada, 12,6 são livros indicados pela escola, incluindo didáticos. Surpreende também o fato de que apenas 7,47% da população brasileira comprem livros não didáticos e destinam à literatura o equivalente a 0,05% da renda familiar.

A exigência de leitura na escola é importante, contudo, o ideal seria que houvesse a adoção de uma postura e medidas concretas no sentido de incentivar a formação de um público leitor que usufrísse não apenas dos didáticos adotados

²⁰ FUNDAÇÃO Instituto de Pesquisas Econômicas, Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional dos Editores de Livros, op. cit.

ou daqueles livros indicados pela instituição durante o período letivo ou mesmo somente ao longo dos anos de estudo, mas que também passasse a ter a iniciativa da leitura por lazer, levando esse hábito (e, conseqüentemente, o gosto pela leitura) para a vida. Obviamente esse processo não é simples, exigindo ações, tempo e dedicação por parte daqueles que cuidam das instâncias de governo responsáveis pela cultura e educação. E é claro que estas iniciativas políticas passam também por uma grande melhoria na educação de nosso povo, iniciando pela necessidade de redução da taxa de analfabetismo, inclusive o funcional – classificação dada à pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever, não tem as habilidades de leitura, de escrita e de cálculo necessárias para viabilizar seu desenvolvimento pessoal e profissional –, que ainda é da ordem de 28% da população brasileira na faixa etária pesquisada, segundo dados do Inaf²¹ relativos ao ano de 2009. Podemos ver mais detalhes da apuração na tabela abaixo, extraída da pesquisa (Inaf Brasil 2009, Instituto Paulo Montenegro).²²

Evolução do Indicador de Alfabetismo Funcional (população de 15 a 64 anos)							
RESPOSTA	TOTAL	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007	2009
Analfabeto	11%	12%	13%	12%	11%	9%	7%
Rudimentar	26%	27%	26%	26%	26%	25%	21%
Básico	37%	34%	36%	37%	38%	38%	47%
Pleno	26%	26%	25%	25%	26%	28%	25%
Analfabetos funcionais	37 %	39 %	39 %	37 %	37 %	34 %	28 %
Alfabetizados funcionalmente	63 %	61 %	61 %	63 %	63 %	66 %	72 %

Na opinião do presidente da Ação Educativa, Sérgio Haddad, o analfabetismo funcional é devido à baixa qualidade do ensino público: “Esse é um

²¹ Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf): é apurado anualmente, desde 2001, por meio de estudo realizado pelo IBOPE com base na metodologia desenvolvida em parceria entre o Instituto Paulo Montenegro – responsável pela atuação social do IBOPE – e a ONG Ação Educativa. O Indicador mensura os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira entre 15 e 64 anos de idade, englobando residentes de zonas urbanas e rurais de todas as regiões do Brasil, quer estejam estudando quer não. As definições de níveis de alfabetismo podem ser vistas no site do Instituto Paulo Montenegro, em: http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.00.00.00&ver=por. Acesso em: 09 de dezembro de 2009.

²² INSTITUTO Paulo Montenegro. **Indicador de alfabetismo funcional** - Principais resultados. São Paulo: 2009. http://www.ipm.org.br/download/inaf_brasil2009_relatorio_divulgacao_final.pdf. Acesso em: 09 de dezembro de 2009.

fenômeno recente porque antes não existia o direito à escola. Ou seja, antes as pessoas não passavam pela escola, agora elas passam, mas a qualidade é tão ruim que, na verdade, elas passam e não adquirem os conhecimentos necessários. Elas têm noções de leitura e escrita, mas não o suficiente para utilizar no seu cotidiano”.²³

Questionado sobre a existência de uma “crise da leitura”, Chartier atribui a gênese do campo do discurso atual a respeito dessa possível crise aos “pedagogos e todo o mundo da escola e da educação”²⁴ e aos editores, uma vez que os primeiros são aqueles cujo discurso gira em torno de uma queixa à diminuição das práticas de leitura e cujas ações se baseiam em uma tentativa de dirimir este problema por meio de campanhas de alfabetização que atinjam não somente os analfabetos como também os alfabetizados, que, apesar de terem a capacidade de leitura, não a utilizam. Já os segundos, de acordo com Chartier, passaram a encarar o texto eletrônico e as novas mídias como um prenúncio da iminência do fim da forma tradicional de produção de livros, pois que também muitos deles não conseguem se adequar a um novo modelo de editor, que seria mais um “*businessman* dos meios de comunicação”,²⁵ podendo exercer tanto a função de editor tradicional quanto a de editor de textos eletrônicos.

Tiremos de cena os discursos “apocalípticos” em relação ao livro e à leitura, baseados em temores infundados, pois acredito, assim como Chartier, que afirma, com base em Umberto Eco, que “o livro impresso vai sobreviver para certos usos, e para outros a edição eletrônica vai superar as formas tradicionais”.²⁶ Ainda assim, baseando-nos não só nos dados de pesquisas, mas nos estudos dos autores do campo, podemos identificar um descompasso nas práticas de leitura da população brasileira.

Traçado esse panorama do perfil de leitura da população e da conjuntura nacional em relação à alfabetização, não podemos ignorar o fato de que – apesar de não ser a situação ideal – ainda é frequente o livro didático ser o único com o qual boa parte da população brasileira trava contato ao longo da vida, como vimos

²³ CIEGLINSKI, Amanda. **Analfabetismo funcional é mais um desafio que o Brasil precisa enfrentar**. Agência Brasil, 12/5/2009.

²⁴ CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 26.

²⁵ Ibid., p. 27.

²⁶ Ibid., p. 26.

nos números divulgados em pesquisas, e de que, ainda que sejam tomadas as devidas atitudes para que esse quadro se modifique, essa transformação levará tempo. Como sustenta Batista,

Seja em razão de uma inadequada formação de professores (inicial ou continuada), seja em razão de precárias condições de trabalho docente, seja, ainda, em razão das dificuldades enfrentadas para produzir e fazer circular o livro no Brasil (particularmente, para fazê-lo circular na escola), o livro didático brasileiro se converteu numa das poucas formas de documentação e consulta empregadas por professores e alunos. Tornou-se, sobretudo, um dos principais fatores que influenciam o trabalho pedagógico, determinando sua finalidade, definindo o currículo, cristalizando abordagens metodológicas e quadros conceituais, organizando, enfim, o cotidiano da sala de aula.²⁷

A partir daí, devemos ter em mente e lidar com a imensa responsabilidade – ainda que indevida – que o livro didático carrega consigo em relação à educação dos brasileiros, especialmente no que diz respeito à melhoria de índices como o Inaf, mencionado acima, que nada mais é do que um concreto reflexo da maneira como o nosso povo está sendo educado. E o material didático é um dos fatores que podem contribuir, negativa ou positivamente, para a alteração não só desse índice, mas de uma triste e perigosa realidade, que empecilha a evolução do país em todas as esferas.

A partir de outra pesquisa sobre esta temática podemos extrair algumas informações importantes que nos levam à apreensão do gigantismo do setor de didáticos no mercado editorial brasileiro. O relatório “Produção e vendas do setor editorial brasileiro”, do ano de 2006, é baseado em pesquisas realizadas pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), em cooperação técnica com a CBL (Câmara Brasileira do Livro) e o SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros), visando a apresentar o desempenho do Mercado Editorial Brasileiro, cujas informações são obtidas para a análise da dinâmica do Setor Editorial. No ano de 2006, foram 17.812 títulos editados pelo setor (dentro de um total geral de 46.026 títulos, incluindo os quatro subsetores editoriais considerados: didáticos, obras gerais, religiosos e CTP – científicos, técnicos e profissionais) e 163.664.594 exemplares vendidos, sendo que destes, 66.754.468 foram vendidos para o mercado e 96.910.126, para o governo. Esses números significaram um

²⁷ BATISTA, Antonio Augusto Gomes. “A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)”. Em: ROJO, Roxane e BATISTA, Antonio Augusto Gomes (org.). **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003, p. 28.

faturamento total de R\$1.488.279.747,32 para o setor de didáticos, contra R\$731.405.144,31 para o de obras gerais, R\$418.626.780,26 para o de científicos, técnicos e profissionais e R\$242.138.755,91 para o de religiosos; ou seja, o faturamento do setor em foco supera muito o dos demais segmentos.

Segundo Cassiano,²⁸ o mercado de livros didáticos difere do de outros gêneros de livros pelo fato de a obra didática não ter sua venda determinada na livraria e por ser um produto que é criado e tem seu ciclo de vida definido em função da escola, da série ou nível de ensino; logo, os editores de didáticos não definem seu mercado em vista do público-alvo real que o utilizará (os alunos). A sua produção, portanto, ainda que seja balizada de acordo com o PNLD, não atende apenas aos critérios definidos por este programa governamental, mas também àqueles aos quais o professor concede importância e que valoriza, pois é não somente quem o usará em sua prática na sala de aula, como também o responsável pela sua adoção, tanto nas escolas públicas quanto particulares. Ainda conforme Cassiano, “no mercado do livro didático no Brasil, a escola é vista pelas grandes editoras como *mercado-alvo*, ao mesmo tempo em que impõe a tais empresas especificidades para a produção e circulação desse produto.”²⁹

Deste modo, pode-se dizer que o público-alvo considerado pelas editoras didáticas é formado pelo professorado, cujo papel é determinante nesse ponto, pois é este grupo que decidirá pela adoção dos livros didáticos, portanto, em última instância, é aquele responsável pelas escolhas finais, as quais movimentam esse acirrado mercado, como é possível ratificar em Santos:

Nessa direção, é possível reconhecer que o professor ao optar pelo uso de um LD exerce importante papel, pois é em sua ação que se concretiza a implementação das políticas públicas do livro, ação essa que se constitui em um ponto crucial quando se entende que os saberes aprendidos pelos alunos se estabelecem a partir dos saberes a serem ensinados e que parte desses saberes se apresenta no material didático escolhido pelo professor e utilizado em sala de aula.³⁰

Entretanto alguns autores apontam um grave problema nesse sistema, como Kanashiro:³¹

O que deveria constituir um projeto político cuidadosamente elaborado e pensado para as escolas acaba virando uma política paternalista, assistencialista (livro

²⁸ CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo, op. cit.

²⁹ Id., “Mercado de livro didático no Brasil”. Em: **I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial**. Rio de Janeiro: FCRB; UFF/PPGCOM; UFF/LIHED, 2004, p.2.

³⁰ SANTOS, Cibele Mendes Curto dos, op. cit., p.24-25.

³¹ KANASHIRO, Cintia Shukusawa, op. cit., p. 8.

destinado à criança carente) e burocrática (com foco na distribuição, ora centralizada, ora descentralizada), dando a falsa ideia de democratização ao deixar a cargo do professor (sobrecarregado, mal pago e mal formado) a tarefa de escolha do livro.

Apesar de não ser incumbência deste estudo um exame mais apurado dessas questões que concernem ao professor e à sua posição de mediador entre o livro didático e o aluno, não seria possível abordar algumas das questões apresentadas acima sem que o assunto ao menos fosse tangenciado, principalmente no sentido de clarificar a relação que se impõe entre produtores, mediadores e a política do livro didático.

Cassiano, ainda em seu estudo sobre a reconfiguração do mercado editorial didático,³² aponta nove editoras deste segmento como as que mais vendem no Brasil, já que vêm mantendo uma regularidade de vendas ao governo por meio do PNLD: Ática, Scipione, FTD, Brasil, IBEP, Saraiva, Nacional, Moderna e Atual. A referida autora afirma que a principal causa de essas editoras terem tido um grande acréscimo nas vendas de livros didáticos foram as reformas na educação, a partir da promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 4024/61. Paixão, em **Momentos do Livro no Brasil**,³³ confirma o fato, assinalando que

até o início da década de 60, os didáticos apenas acompanharam o crescimento geral do país, sem grandes mudanças. Em dezembro de 1961, porém, houve um acontecimento decisivo: foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que serviu de base à atuação do governo militar instalado em 1964.

A criação dessa lei promoveu a expansão da rede pública de ensino, levando às escolas um grande número de alunos, e uma das medidas que contribuiu bastante para a ampliação deste grupo foi a simplificação do currículo escolar, que passou a prover aos alunos apenas a formação básica. A nova lei também aboliu a padronização do ensino, pondo um fim aos manuais e permitindo que um novo conceito de livro didático, mais adequado à realidade brasileira, fosse erigido.³⁴ Consequentemente houve um grande desenvolvimento do “negócio dos didáticos”, o que pode ser verificado pelo quantitativo divulgado por Paixão, que

³² CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo, op. cit., 2005.

³³ PAIXÃO, Fernando. **Momentos do livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996, p. 157.

³⁴ Ibid., p. 159.

aponta que em meados de 1968 cerca de 2500 títulos didáticos estavam disponíveis, publicados por aproximadamente sessenta editoras no Brasil.³⁵

Em 1956, já havia sido criada a Fename – Fundação Nacional de Material Escolar –, pertencente ao Governo Federal, cuja atribuição inicialmente era prover os estudantes de baixa renda de material de papelaria a preços baixos. Com o tempo, a Fundação passou a se ocupar também da produção de atlas e dicionários a preços módicos, o que provocou certa revolta por parte de editores e livreiros, que não podiam concorrer no mercado didático diante desses preços desiguais, subsidiados. Dessa forma, em busca de uma solução para esse problema e, principalmente, para o problema dos alunos que não tinham como comprar seus materiais de estudo, foi criada a Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), em 1966, por um Decreto presidencial³⁶. Financiada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela agência americana USAID (United States Agency for International Development), além de ter a colaboração do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), visava coordenar tudo o que estivesse relacionado à produção e aquisição de material didático, incluindo a distribuição de livros a bibliotecas escolares e a montagem e execução de treinamentos para instrutores e professores do primário (que hoje corresponde ao ensino fundamental I), contando com um investimento de aproximadamente US\$ 9 milhões. Essa foi mais uma medida da época que colaborou para a difusão do livro escolar, além da já referida criação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo Leon,³⁷

a generosidade do acordo MEC/USAID era compensadora para o MEC, sempre limitado em recursos, e para a política americana, interessada em fortalecer e sedimentar os laços políticos com o novo regime estabelecido em 1964, de acordo com a estratégia americana de criar nos países do Terceiro Mundo um elo estreito para impedir a proliferação da doutrina comunista.

Aliado a esse fato, outro de igual importância foi preponderante no que diz respeito ao incentivo à produção de livros: o novo período ditatorial, instaurado em março de 1964, trouxe consigo uma fase de desenvolvimento econômico intenso em virtude de algumas medidas introduzidas junto com o regime militar. O governo passou a investir em áreas geradoras de infra-estrutura para a indústria

³⁵ Ibid, p. 157.

³⁶ HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: Edusp, 2005, p. 557.

³⁷ LEON, Márcia Ponce de. **Aspectos visuais do livro didático: uma leitura**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Design). Rio de Janeiro: Departamento de Artes e Design/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001, p. 21.

e promulgou disposições referentes à redução de impostos e taxas de importação. Dessa forma, empresas gráficas e de papel se beneficiaram das medidas estabelecidas, o que permitiu uma rápida industrialização das mesmas e, conseqüentemente, a expansão do setor livreiro³⁸ – principalmente, do segmento dos didáticos, já fortemente subsidiado pelo acordo MEC/USAID.

Após somente um ano de vigência deste acordo, aproximadamente seis mil títulos desse segmento estavam disponíveis ao público-alvo, e em apenas três anos de existência foi viabilizada a distribuição gratuita de cerca de cinquenta milhões de obras.³⁹

Em 1971, a COLTED foi abolida e absorvida pelo Instituto Nacional do Livro (INL), que passou a ser o responsável pelo programa de co-edição de livros didáticos (em ação conjunta com as editoras) – com o objetivo de baratear o custo destes e de criar diretrizes para a formação de um programa editorial –, o que efetivamente favoreceu milhões de alunos. Foram criados programas especiais de co-edição para todos os níveis de ensino: Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental – PLIDEF, para o Ensino Médio – PLIDEM, para o Ensino Superior – PLIDES, para o Supletivo – PLIDESU e para o ensino de Computação – PLIDECOM.⁴⁰

Em 1976, a partir da instauração do decreto-lei 77.107, essas atividades relativas à co-edição, produção e distribuição do livro didático passaram a ser da alçada da Fundação Nacional do Material Escolar – FENAME –, que, juntamente com a ação das secretarias de Educação, providenciava a distribuição de livros aos alunos da rede pública do ensino de primeiro grau (ensino fundamental). Somente ao longo de dez anos de atividade do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (de 1971 a 1981), o Estado fez parceria com quarenta editoras de livros didáticos, das quais seis tiveram presença constante e foram responsáveis por 50% dos títulos co-editados: Editora do Brasil, FTD, Abril, IBEP, Ao Livro Técnico e Tabajara.

Podemos perceber, por meio deste breve histórico, que o período da ditadura militar foi bastante frutífero para a produção de livros didáticos, uma vez que, conforme as editoras iam se instalando e se desenvolvendo no Brasil, o Estado

³⁸ PAIXÃO, Fernando, op. cit., p. 142.

³⁹ BATISTA *apud* CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo, op. cit., 2005, p. 16.

⁴⁰ CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo, op. cit., 2005, p. 296.

também passava a ser responsável pela produção de obras didáticas, sobretudo financeiramente.

Essas ações constituem a origem da intensa produção de livros didáticos e da prática de financiamento e distribuição pelo Estado aos alunos da rede pública de ensino, iniciativas que perduram até hoje, tendo contribuído para gerar o enorme e lucrativo mercado de didáticos que conhecemos. Apesar de algumas modificações ocorridas, que serão relatadas logo adiante, este mercado permanece totalmente atrelado às ações do Governo Federal, cujas compras funcionam como sustentáculos deste segmento, originando uma verdadeira dependência das empresas editoriais em relação ao programa de governo responsável pelo material didático. Afinal, na ocasião das compras governamentais, as editoras estipulam um preço de capa menor do aquele praticado nas vendas em livrarias, recebendo, portanto, menos pelo livro unitário, mas ainda assim tendo como lucro uma soma muito maior no total, já que o governo compra em grandes quantidades, não equiparáveis às compras de alunos oriundos das escolas privadas. E esse mercado gerado é extremamente lucrativo, garantindo, para muitas empresas editoriais, o sustento de todo o restante de suas produções. Não é à toa que, apesar de este segmento ser o que possui o menor número de editoras, é o mais rentável. A seguir, um panorama atual das editoras de livros didáticos mais atuantes no país trará à baila algumas das peculiaridades do setor e suas implicações para a pesquisa em curso.

2.3

As editoras de livros didáticos

Cassiano⁴¹ destaca que a maioria das editoras de livros didáticos é de origem nacional, tendo se constituído em São Paulo, principalmente. No entanto, a partir do final do século XX, boa parte das grandes editoras de livros didáticos no Brasil foi comprada por grandes sociedades de capital internacional – principalmente editoras européias –, que passaram a dominar o mercado. Isso pode ser facilmente constatado pela presença maciça dessas multinacionais no mercado editorial, de forma geral, mas principalmente no setor de didáticos. Sá-Earp e Kornis, em estudo sobre a economia do entretenimento, da cultura e do livro, confirmam a informação, asseverando que o segmento de didáticos é o mais oligopolizado e desnacionalizado da atividade editorial do país.⁴² Afinal, a rentabilidade certa, devido às grandes compras governamentais – característica importante do mercado editorial didático brasileiro –, atraiu as editoras estrangeiras, principalmente as espanholas, uma vez que já tinham boa inserção em outros países da América Latina devido ao idioma. Essa difusão das grandes editoras de capital internacional – como a Hachette, a Hatier, a Macmillan e a Santillana – e a reconfiguração do mercado de didáticos no início do século XXI é assinalada por Choppin⁴³ como consequência de uma particularidade da segunda metade do século XX. Além da entrada de editoras estrangeiras, grandes grupos nacionais foram formados e continuam se formando, por meio da aquisição, pelas grandes editoras, de casas editoriais menores de publicações congêneres – não só no mercado de didáticos, mas no mercado editorial como um todo. Ainda assim, o segmento dos didáticos permanece oligopolizado, tendo se modificado apenas o tipo de oligopólio – no lugar de empresas pequenas e familiares, temos grandes grupos, de procedência nacional ou internacional, responsáveis pelas publicações de cunho educacional.

⁴¹ CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo, op. cit., 2005.

⁴² SÁ-EARP, Fábio e KORNIS, George E. M. “Economia do entretenimento, da cultura e do livro: uma cadeia cognitiva em desenvolvimento no Brasil”. Em: KAMEL, José A. (org.). **II Congresso de Engenharia do Entretenimento, Rio o ano todo**. Rio de Janeiro: e-papers, 2005.

⁴³ CHOPPIN *apud* CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: PUC-SP, 2007, p. 3.

Cassiano, a partir de levantamento a respeito das editoras participantes do PNLD entre os anos de 1985 e 2006, mostra que, em um primeiro momento, 64 editoras chegaram a participar do programa, ainda que não simultaneamente. Dessas, apenas 13 continuaram na “disputa”. A autora sintetiza essa progressão do seguinte modo:

(...) nos primeiros anos do PNLD as compras governamentais se concentraram em poucas e grandes editoras, porém, nessa época, ainda sobrava uma pequena fatia desse mercado para as pequenas editoras. Nas duas décadas subsequentes, a concentração aumentou, reduzindo-se radicalmente o número de editoras participantes no PNLD, sendo que em 2006 podemos constatar a quase total ausência de pequenas editoras nesse processo.

Esse cenário configura um oligopólio no setor, já que poucas empresas detêm o controle da maior fatia de mercado.⁴⁴

Esse oligopólio se mantém, entre outros motivos, às custas de um “círculo vicioso” difícil de ser interrompido: a maioria das editoras que costumam participar do PNLD são aquelas que já participam do Programa desde a época de sua implantação, tendo acompanhado, desde então, todas as exigências, os *feedbacks* e mesmo as transformações do programa de governo. Assim, essas editoras acabaram se especializando na preparação de livros adaptados a tais requisições, uma vez que, além de estudar com afinco os detalhes exigidos, recebem periodicamente uma avaliação de seus trabalhos sob esse ponto de vista. Destarte, tornaram-se mais preparadas para produzir livros nos moldes desejados pelo programa; portanto, seus títulos quase sempre figuram entre os aprovados na lista do **Guia de Livros Didáticos**, publicação destinada à exposição das obras avaliadas e aprovadas oficialmente pelo Programa, a qual é enviada às escolas para amparar a escolha dos livros pelos professores para adoção. Da mesma maneira, os docentes, já habituados à participação nesta etapa final do Programa, acabam por se tornar acostumados a ver sempre os mesmos títulos, autores e editoras figurando na lista dos aprovados, fato que leva muitas vezes a escolhas tendenciosas, em virtude de uma visibilidade maior daqueles exemplares que possuem uma “marca” – seja ela conferida pelo nome do autor ou da editora –, o que, de certa forma, pode cegá-los para as características que realmente deveriam ser observadas.

⁴⁴ Ibid., p. 36.

Como será visto logo abaixo, a história das editoras estudadas nesta pesquisa – Ática e Scipione – não ocorre de maneira diferente da trama destrinchada por Cassiano em seu estudo.

A editora Ática teve início a partir do Curso de Madureza Santa Inês, estabelecimento particular voltado para a educação de jovens e adultos e criado em 1956. Devido à grande e crescente quantidade de alunos do curso, a produção de apostilas – que eram escritas pelos próprios professores, mimeografadas e distribuídas gratuitamente aos alunos – foi dificultada. Para atender à demanda interna de produção crescente, em 1962 criou-se um setor próprio para esse fim, a Sésil (Sociedade Editora do Santa Inês Ltda.); entretanto, um de seus professores defendeu a ideia de que o material didático poderia ser produzido e comercializado fora dos domínios do curso, afinal, havia uma demanda de material por parte de professores de outras instituições – iniciativa que deu origem, em 1965, à Editora Ática. No ano seguinte, a editora já apresentava vinte títulos em seu catálogo, e continuou crescendo desde então. Em 1970, sua produção anual já era de 22 livros e em 1980, de 180 títulos.⁴⁵

Algumas de suas coleções se tornaram verdadeiros marcos na história editorial, como “Bom Livro”, “Vaga-Lume” e “Para Gostar de Ler”, que, segundo afirmação da própria editora,⁴⁶ contribuíram para a formação do hábito de leitura em muitos jovens. A empresa foi também responsável pela criação do “Livro do Professor”, que posteriormente se tornou item obrigatório.

Hoje, a casa editorial conta também com um setor de não-didáticos e é uma das líderes no setor de livros didáticos, contabilizando mais de 2.300 títulos em catálogo e cerca de 1.100 autores diferentes.

Seguindo uma tendência do mercado – em que grandes grupos editoriais estrangeiros entraram no Brasil e compraram algumas editoras, formando conglomerados –, em 1999 a Ática foi comprada pela Editora Abril, em parceria com o grupo francês Vivendi Universal Publishing. Em 2002, a Vivendi vendeu suas empresas do ramo de publicações para o grupo francês Lagardère. A Editora Ática, no entanto, ficou fora dessa transação comercial, mas em 2003 os dois acionistas controladores da Ática – Abril e Vivendi – puseram novamente a

⁴⁵ HALLEWELL, Laurence, op. cit., p. 562.

⁴⁶ EDITORA Ática. **Nossa história**. Disponível em: <http://www.atica.com.br/NossaHistoria/index.htm>. Acesso em: 27 de março de 2009.

Editora à venda. Após mais de um ano de negociações, que envolveram grupos editoriais nacionais e estrangeiros, a Editora Abril adquiriu, em fevereiro de 2004, os ativos financeiros da Vivendi e a Editora Ática na totalidade, passando esta a fazer parte do Grupo Abril (Abril Educação).

A Editora Scipione foi adquirida em 1983 de um professor, Scipione Di Pierro Netto, pelos mesmos donos da Editora Ática. Nessa época, a Scipione contava com apenas cinco títulos no catálogo, mas já tinha um volume de vendas de cerca de 100.000 exemplares por ano. Apesar de pertencerem à mesma família na época, as editoras Ática e Scipione eram empresas independentes e tinham instalações e administrações separadas. Em 1984, a editora lançou as primeiras coleções voltadas para o ensino de 1ª a 4ª séries e publicou a série “Reencontro” – composta por obras clássicas da literatura universal recontadas por escritores de talento, em linguagem acessível –, constituindo a primeira coleção de livros paradidáticos da editora e que perdura até hoje, totalizando mais de 70 títulos. A Scipione foi expandindo sua atuação no segmento de didáticos do ensino fundamental, que em 1996 foi consolidado com o lançamento da coleção “Marcha Criança”, voltada para alunos do Ensino Fundamental I, cujo sucesso contínuo é atribuído “à simplicidade e à adequação da linguagem, que atendem às necessidades do professor em sala de aula”,⁴⁷ segundo consta no site da própria editora.

Hoje, a Scipione possui em seu catálogo aproximadamente 750 obras paradidáticas (obras infantis, juvenis, atlas e dicionários) e 500 didáticas – de autores renomados, brasileiros e estrangeiros.

Em transação semelhante à ocorrida com a Editora Ática, em 1999 a Scipione foi comprada pelo Grupo Abril (em parceria com o grupo francês Vivendi), que se tornou sócio majoritário em 2004. Desde então, juntamente com a Editora Ática, a Editora Scipione forma a Abril Educação, uma das líderes no mercado de livros didáticos do setor privado.

⁴⁷ EDITORA Scipione. **Conhecendo a Scipione**. Disponível em: <http://www.scipione.com.br/conhecendoascipione.asp?bt=1>. Acesso em: 27 de março de 2009.